

Área militar tenta manter suas dotações

Chico Mendonça

BRASÍLIA — Os assessores militares estão suando a camisa para persuadir os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional a não cortar NCz\$ 350 milhões de seus investimentos para 1990. Como a tarefa é muito difícil, principalmente porque são minios os recursos disponíveis para atender às emendas apresentadas pelos deputados e senadores, esses assessores não têm poupado argumentos. Até mesmo um recorte de jornal sobre os investimentos do presidente argentino, Carlos Menem, em armamentos tem sido apresentado para alertar para o risco de perda de hegemonia política no continente.

“Não podemos perder a hegemonia para a Argentina, temos que manter essa sensação de poder”, ajuda o deputado Paes Landim (PFL-PI), relator do orçamento do Exército e frequentador costumeiro das rodas militares. O relator geral, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), em seu relatório preliminar, ainda não aprovado, cortou NCz\$ 100 milhões do Exército (de um total de NCz\$ 3,15 bilhões), NCz\$ 150 milhões da Aeronáutica (de um total de NCz\$ 2,99 bilhões), NCz\$ 80 milhões da Marinha (de um total de NCz\$ 2,72 bilhões) e NCz\$ 20 mi-

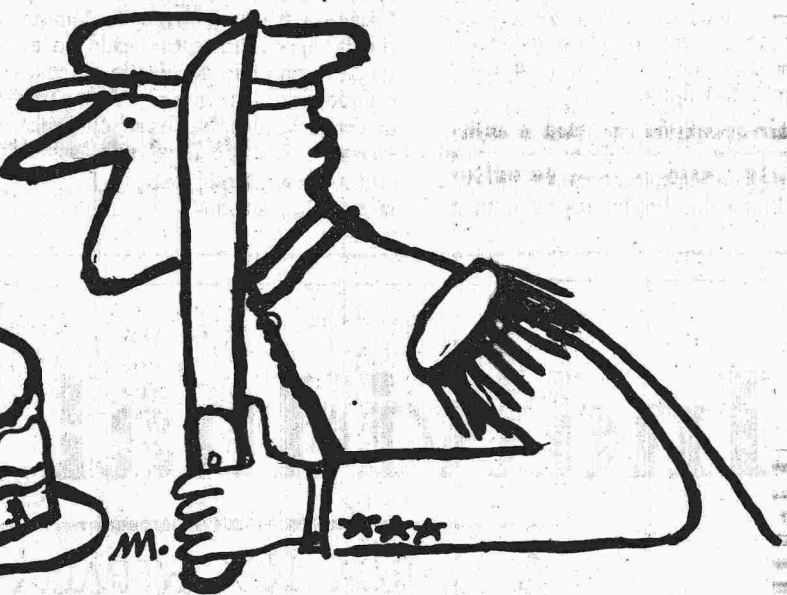
lhões do Estado Maior das Forças Armadas (de um total de NCz\$ 182,25 milhões). O total de NCz\$ 350 milhões foram realocados pelo relator, principalmente para os ministérios dos Transportes (NCz\$ 160 milhões), Minas e Energia (NCz\$ 130 milhões) e Agricultura (NCz\$ 70 milhões).

Investimentos — O governo, para 1990, concentrou 55% (aproximadamente NCz\$ 2,1 bilhões) dos recursos resultantes da emissão de títulos (limitada a 10% da receita tributária líquida do ano que vem), destinados a investimentos prioritários, no setor militar. Os assessores dos três ministérios militares alegam que, ao contrário de outras pastas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não têm outra fonte de receita que não o próprio orçamento fiscal, o que eleva sua participação no volume dos recursos. Argumentam ainda que vários dos projetos, como o Calha Norte e uma série de convênios assinados com órgãos públicos para construção de açudes, poços, estradas, grupos escolares e estradas, passaram a constar do orçamento de investimentos somente este ano, o que contribui também para elevar o montante.

Da parte do presidente José Sarney, os militares não têm do que queixar. Quando o orçamento estava em elaboração, partiu do gabinete presidencial uma determinação expressa de Sarney para que os investimentos militares fossem privilegiados, conforme atesta fonte do governo. O próprio Landim é testemunha da boa vontade do presidente. O deputado, como prova da afirmação, recomenda a leitura do livro Os militares e a Nova República, do brasileiro Alfred Stepan, que demonstra que o governo Sarney inves-

tiu mais na área militar que o próprio regime de exceção extinto em março de 1985.

Assessores — No Congresso, porém, os militares não encontraram a mesma facilidade, embora os parlamentares admirem seus assessores. “Eles são os mais educados e eficientes”, afirma o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG). Mas os assessores não se deixam enganar pelos elogios. “Os parlamentares nos elogiam, mas tiram dos orçamentos militares o dinheiro para suas emendas porque é muito fácil fazer o discurso de que estão transferindo recursos da construção de blindados para dar para a educação”, contestam. Realmente, não se pode dizer que os ministérios fardados estejam em



ótima situação, com dinheiro sobrando. A própria Seplan se encarregou de fazer cortes significativos em suas propostas orçamentárias e os parlamentares reconhecem o fato.

Os problemas para os ministérios militares começaram com o relatório de Tinoco. Mesmo que seja arquivado, o texto deu a pista do dinheiro para os deputados e senadores redigirem suas emendas. Como elas já ultrapassaram a casa das dez mil, terá que ser hercúleo o trabalho para resgatar os recursos. Tão difícil a missão que o próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, não tem economizado telefonemas para seu amigo de juventude no Rio de Janeiro e presidente da

comissão de orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

Na mesma trincheira, o deputado Landim dispara sua convicção de que o problema tem origem no “preconceito ideológico”. O PT, ressalta, apresentou emenda elevando o corte do Ministério do Exército para NCz\$ 200 milhões. Landim já começou a propor aos seus pares que esqueçam o dinheiro dos militares em troca de um pedido de suplementação orçamentária, a ser enviada ao Congresso no início do próximo ano, destinado a financiar as obras reivindicadas pelos parlamentares. Landim, no entanto, sabe que as rígidas regras impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias praticamente inviabiliza essa saída. (C.M.)